



A
DEDICAÇÃO
TOTAL
NUNCA FOI TÃO FORTE



Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	02
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	03
BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	06
BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	07
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO.....	08
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	09
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO	11
NOTAS EXPLICATIVAS.....	12



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”, “BNQI” ou “SCD”), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 30 de junho de 2024. O BNQI nasceu com o propósito de oferecer serviços financeiros e produtos de crédito acessíveis e eficientes à população brasileira, dentro e fora do ecossistema do GCB (Grupo Casas Bahia). Lançou, em setembro de 2021, sua linha de empréstimo pessoal e visa a expansão de seu portfólio de produtos e o investimento contínuo em pessoas e tecnologia, com foco no crescimento de seu negócio com rentabilidade e visando sempre oferecer a melhor experiência e soluções aos seus clientes.

São Paulo, 30 de junho de 2024

Alexandre Lima

Diretor Financeiro

Vital Flores Leite

Diretor Presidente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Aos acionistas e diretoria da
BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Bruno Araujo Santos
Contador CRC SP-291893/O



BALANÇO PATRIMONIAL

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante		11.780	11.290
Disponibilidades	6	897	24
Aplicações interfinanceiras	6	-	11.266
Caixa e equivalentes de caixa		897	11.290
Títulos e valores mobiliários	7	10.883	-
Instrumentos Financeiros		10.883	-
Ativo não circulante		107	96
Ativos fiscais correntes		107	96
Outros créditos		107	96
Total do ativo		11.887	11.386



BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Passivo circulante		177	116
Relações interfinanceiras - obrigações		-	3
Relações Interfinanceiras		-	3
Credores Diversos no País	8	7	4
Impostos e contribuições a pagar	9	153	101
Valores a pagar a sociedades ligadas	10	9	-
Dividendos obrigatórios não distribuídos		8	8
Outras obrigações		177	113
Passivo não circulante		-	56
Valores a pagar a sociedades ligadas	10	-	56
Outras obrigações		-	56
Patrimônio líquido		11.710	11.214
Capital social		10.000	10.000
Reserva de Capital		61	61
Lucro acumulados		1.649	1.153
Total do passivo e patrimônio líquido		11.887	11.386



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023.
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Receita de Intermediação Financeira	12	792	661
Rendas interfinanceira de liquidez		381	661
Rendas Com Títulos e Valores Mobiliários		411	-
Resultado Bruto Operacional		792	661
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	13	(56)	(41)
Despesas Administrativas		(27)	(13)
Despesas Tributárias		(37)	(31)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		8	3
RESULTADO OPERACIONAL		736	620
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		736	620
IRPJ e CSLL Corrente	14	(241)	(198)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		495	422



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023.
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro do semestre	495	422
Resultado abrangente do semestre	-	-
Ajuste que serão transferidos para resultados:	-	-
Resultado Abrangente Total	495	422



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023.

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	736	625
IRPJ e CSLL	(146)	
(Aumento)/redução dos ativos:	(10.894)	(2)
Operações de Crédito	-	(7)
Valores a receber – partes relacionadas	-	5
Títulos e Valores mobiliários	(10.883)	-
Ativos fiscais correntes	(11)	-
Aumento/redução dos passivos operacionais:	(97)	(248)
Relações interfinanceiras - obrigações	(3)	-
Credores Diversos no País	(2)	4
Impostos e contribuições a pagar	(52)	-
Tributos pagos	(95)	(305)
Valores a pagar a sociedades ligadas	47	53
Dividendos propostos	8	-
Caixa consumido nas atividades operacionais	(10.255)	375
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos obrigatórios	8	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	8	(4)
Aumento caixa e equivalentes de caixa	(10.393)	371
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	11.290	10.474
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	897	10.845
Aumento caixa e equivalentes de caixa	(10.393)	371



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital a realizar	Reservas de lucro	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.000		19	4	355	10.378
Capital social						
Reserva de lucro a realizar						
Dividendos propostos						
Lucro do período					422	422
Saldos em 30 de junho de 2023	10.000		19	4	777	10.800
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.000		61	-	1.153	11.214
Capital social						
Reserva de lucro a realizar						
Dividendos propostos				8		8
Lucro do período					495	495
Saldos em 30 de junho de 2024	10.000		61	8	1.648	11.718



1. Notas explicativas às demonstrações financeiras

2. Contexto operacional

A BNQI Sociedade de Crédito Direto (“Companhia”, “BNQI” ou “SCD”) foi constituída em 30 de novembro de 2020 na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil com sede na cidade de São Paulo - SP. A BNQI tem por objeto social a prática de operações de empréstimo, de financiamento, aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor, prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros; Emissão de moeda eletrônica e instrumento de pagamento pós-pago nos termos da regulamentação em vigor.

Em 15 de julho de 2021, a BNQI SCD obteve autorização pelo BACEN para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência desta autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras. A Companhia solicitou a autorização para adotar os procedimentos aplicáveis do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), de acordo com os critérios determinados pelo Bacen.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

3.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 – Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	4.748/19

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024 foram aprovadas pela diretoria em 27 de agosto de 2024.



4. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, estão descritas nas notas explicativas específicas vide a seguir.

4.1. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

4.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio.

4.4 Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador classificados nas categorias:

Títulos para negociação – Títulos valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados a valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da Companhia em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – Em conformidade com a Resolução do BCB nº 4.748, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.



Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – impairment

O BNQI efetua avaliações anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

4.5. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

4.6. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre o lucro tributável, que corresponde ao lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal na data do balanço:

(i) Imposto de Renda: o Imposto de Renda é calculado à alíquota-base de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 60 mil ao trimestre

(ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: a Contribuição Social é calculada à alíquota base de 9% sobre o lucro tributável.

4.7 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

4.8. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2023 não houve resultado classificado como não recorrente.

4.9. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas normas exigem que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receita e despesas.

4.10. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: (i) eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.



4.11. Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Os impactos decorrentes da aplicação desta norma estão em avaliação. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Resolução CVM nº 4.966/21- Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Como plano de implementação, a Companhia contratou a consultoria da PricewaterhouseCoopers (PWC), onde no segundo semestre de 2022 foi realizada uma análise de Gaaps e construção um roadmap de implementação dessa resolução. Atualmente o plano está em na fase da criação do comitê para definição do plano de negócio da Companhia.

4.12. Resultado por ação

Conforme facultado às instituições financeiras pela Resolução BCB 2/2020, parágrafo 5º do artigo 5º, a Administração optou por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

4.13. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/2020, descritos abaixo:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada;
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação

5. Principais estimativas e premissas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamento e fazer estimativas sobre os valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. A seguir estão os principais julgamentos e estimativas feitas pela Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.



6. Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Caixa em moeda nacional	897	24
CDB - Certificado de depósito bancário	-	11.266
Total	897	11.290

7. Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

Os títulos e valores mobiliários estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro-rata até a data do balanço, mantidos até o vencimento.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
FIDC – Cotas de fundo de direitos creditórios (i)	10.883	-
Total	10.883	-

(i) O FIDC, estrutura criada para absorver operações de financiamentos dos clientes BanQi.

8. Credores Diversos

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Credores Diversos	6	4
Total	6	4

9. Impostos e contribuições a pagar

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre a apuração de resultado	146	96
PIS e COFINS sobre Receita financeira	7	-
Outros impostos e taxas	-	5
Total	153	101

10. Valores a pagar a sociedades ligadas

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas de acordo com condições negociadas entre a Companhia e as partes em questão, as quais são apresentadas de acordo com os custos e preços da prestação de serviços, conforme contratos firmados entre as partes.

BNQI Instituição de pagamentos	30/06/2024	31/12/2023
Ativo:		
Valores a receber de sociedade ligadas – banQi	9	56
Total	9	56
Passivo:		
Valores a pagar de sociedade ligadas - banQi	(9)	(56)
Total	(9)	(56)



11. Patrimônio Líquido

a. Capital social

A Companhia foi constituída em 17 de agosto de 2021, com o capital inicial de R\$10.000, dividido em 10.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Este capital social foi subscrito e integralizado em julho 2022, conforme apresentado no estatuto social da Companhia, na data de sua constituição.

O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda 100,00%

Destinações

O estatuto social prevê que do lucro líquido apurado em cada balanço serão destinados:

- 5% para o fundo de reserva legal até atingir 20% do capital social;
- 1% para dividendos aos acionistas, por determinação dos seus acionistas.

12. Receita de Intermediação Financeira

	30/06/2024	30/06/2023
CDB - Certificado de depósito bancário	381	661
FIDC – Cotas de fundo de direitos creditórios	411	-
Total:	792	661

13. Outras Receitas e despesas Operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Receita	8	3
Receita com juros, multa e mora	8	3
Despesas Administrativas	(27)	(13)
Despesas Tributárias	(37)	(31)
Total – Despesas Administrativas	(56)	(41)



14. Impostos sobre os Lucros

A BNQI registrou até 30 de junho de 2024 saldo de IRPJ e CSLL corrente, não houve de diferido para estes impostos até o presente momento.

Impostos sobre os lucros	30/06/2024	30/06/2023
IRPJ (i)	174	142
CSLL (ii)	66	56
Total Imposto de renda e contribuição social corrente	241	198

(i) Saldo de Imposto de Renda apurado na alíquota de 15% acrescido de 10% adicional, base de cálculo apurada superior a 60.000 no trimestre.

(ii) Saldo referente a Contribuição Social apurada à alíquota de 9% sobre base de cálculo.

Recomposição do resultado IRPJ e CSLL	30/06/2024	30/06/2023
Lucro (prejuízo) antes da tributação	736	620
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(250)	(211)
Outras diferenças permanentes	9	13
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(241)	(198)
Diferido reconhecido por meio do resultado		
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social	(241)	(198)

A BNQI apura imposto de renda e contribuição social, na forma de apuração do lucro real trimestral.

15. Gestão de Riscos

15.1 Gerenciamento de riscos

O BNQI possui uma estrutura específica e independente para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e controles internos, que abrangem a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito e de liquidez incorridos pela instituição, incluindo o fluxo de caixa e das aplicações e dos recursos mantidos em contas de pagamento. A governança desta estrutura é realizada de maneira contínua e exerce papel elementar para os direcionamentos estratégicos da instituição.

15.2 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, seja de um contrato ou instrumento financeiro, levando a uma quebra de expectativa de caixa ou prejuízo financeiro. O risco de crédito na Instituição pode decorrer das exposições com outras instituições financeiras, parceiros comerciais, operacionais ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, valores operacionais a receber, aplicações, instrumentos financeiros e depósitos.

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito referente aos saldos de contas bancárias em instituições financeiras é gerido pela área de Riscos e Tesouraria, sendo priorizada, mas não limitada, a alocação em instituições com avaliação "AAA", ao menos "BB" ou superior. Com base na avaliação de risco do BNQI, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por



investimentos de alta liquidez e contas operacionais, aprovadas por grandes instituições financeiras que têm um baixo nível de risco global com base em ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os responsáveis legais pelas contas a receber.

Investimentos financeiros: Se referem principalmente a ativos com alto nível de liquidez, sendo grande parte atrelados a títulos emitidos pelo governo brasileiro. Não há expectativa significativa de perda de crédito reconhecida para esses ativos.

Valores a receber de parceiros operacionais e adquirentes: A Instituição reconhece os valores a receber das empresas com quem mantém relacionamento comercial de acordo com escopo de respectivas atividades e em detrimento aos processos que são provenientes dos usuários executando as transações relacionadas aos serviços disponíveis. Esses recebíveis têm alto nível de liquidez e risco com relevância imaterial.

Para a continuidade das operações, o BNQI utiliza uma combinação de parceiros a fim de diversificar a exposição ao evitar a concentração dos riscos de contraparte, operacional e liquidez. Entre as principais empresas parceiras, estão o Banco Santander, Banco Bradesco, BTG Pactual, a Mastercard, Banco Daycoval, BMP, Genial e a Dock Serviços Financeiros.

Adicionalmente, tais empresas possuem instrumentos mitigadores de riscos referente a valor das contas a receber das contrapartes, consumidores e estabelecimentos comerciais, tais como: gerenciamento de risco, processos de prevenção a fraude, limitações de antecipação da agenda, controles de conformidade, entre outros. Esses procedimentos ajudam a mitigar o risco sistêmico do arranjo de pagamento.

Para o arranjo de pagamentos, a Administração do BNQI não considera provável perdas significativas por inadimplência dessas contrapartes, além dos valores já reconhecidos como estornos, apresentados sob risco de fraude. O arranjo de pagamentos (Visa, Mastercard, Elo e outros) possui modelos de gerenciamento de riscos e garantias próprios para avaliar e mitigar o risco de inadimplência dos emissores, que mitigam o risco das adquirentes e o risco sistêmico dos arranjos de pagamentos brasileiros.

15.3 Risco de mercado e Liquidez

O risco de mercado é definido como a possibilidade de o valor justo dos ativos e passivos financeiros ou investimentos aumentarem ou diminuirem como resultado da volatilidade e movimentos imprevisíveis nas avaliações de mercado. Em 30 de junho de 2024, a Instituição não possuía instrumentos financeiros derivativos, sendo somente instrumentos de baixa complexidade, com exposição imaterial, inclusive diante o risco de taxa de juros e cambial.

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez do BNQI incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos de caixa, que permitem a tomada de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.
- O fluxo de caixa projetado da Instituição é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria para garantir que a Instituição tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas.
- As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Instituição possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.
- Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco. É importante ressaltar que o BNQI não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.
- A maior parte dos depósitos são classificados como devidos em a menor "até 30 dias", pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere



que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os excedentes de ativos apresentam alta liquidez no mercado brasileiro.

15.4 Risco de fraude

A Instituição está exposta a diversos riscos operacionais, sendo o mais relevante o risco de fraude, que é uma atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito do BNQI. A fraude de cartões inclui o uso não autorizado de cartões extraviados, roubados/furtados, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário do BNQI. Dentro desse cenário, a Instituição está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / chargeback / MEDs).

A Instituição possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.

15.5 Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance

As estruturas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance reporta-se ao Chief Financial Officer (CFO), à Alta Administração e Chief Executive Officer (CEO), por intermédio do Comitê Executivo (COMEX) BNQI.

A área de Gestão de Riscos é responsável pelo gerenciamento dos riscos e pelas atividades de controles internos, identificando e avaliando os riscos, bem como o tipo, desenho e execução dos controles. Essa área também é responsável pela definição das diretrizes a serem aplicadas para gestão de continuidade de negócios.

As diretrizes do processo de gerenciamento de riscos estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e tem por objetivo definir:

- A metodologia para identificação, mensuração, gestão e comunicação referente a Riscos Operacionais e Controles Internos;
- A governança para temas relacionados a Riscos Operacionais e Controles Internos; e
- Os responsáveis pela gestão de Riscos Operacionais e os papéis esperados de cada um dos colaboradores, conforme modelo de três linhas.

A estrutura de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance é apropriada para o porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais estão expostos.

O processo de gerenciamento de riscos e controles permeia todas as áreas e todos os colaboradores permitindo que os riscos sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados e, está alinhado às diretrizes da administração, que por intermédio de comitês e outras reuniões internas, definem e acompanham os objetivos organizacionais, incluindo o apetite ao risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O modelo de linhas de defesa é definido como:

- Primeira linha de defesa: funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pela Diretoria. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos;
- Segunda linha de defesa: consiste nas áreas de gestão de riscos e controles, compliance e segurança, com o intuito de assegurar que os controles sejam eficazes e que os riscos sejam gerenciados de acordo com os objetivos definidos. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa; e
- Terceira linha de defesa: é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.



Todas as áreas são responsáveis por atuar proativamente na identificação dos riscos relacionados aos processos sob sua responsabilidade e endereçar controles que os mitigue, bem como reavaliar seu ambiente de riscos e controles no mínimo anualmente ou quando forem desafiados pela área de Gestão de Riscos ou quando da materialização de situações como:

- Ocorrência de evento relevante;
- Novas regulações relacionadas; e
- Novos produtos e processos ou alterações significativas em produtos e processos existentes.

O acompanhamento e reporte à administração do perfil de risco e ambiente de controles internos da organização, é liderado pela área de Gestão de Riscos.

Na atribuição do papel de terceira linha de defesa, são utilizados os serviços da unidade específica de Auditoria da KPMG.

No primeiro semestre de 2024, a Auditoria realizou trabalhos relacionados a governança, prevenção a fraudes, conta digital e outros.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, é a estrutura de comitês. Estes fóruns de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle organizacional.

O adequado sistema de controles internos deve permitir a identificação e avaliação dos riscos potenciais, o seu efetivo gerenciamento e a adequada mitigação pelos processos de controle preventivos e detectivos. Para isso, são requeridos planos de ação para mitigar a exposição aos riscos potenciais que não possuem controles ou possui deficiências nos existentes.

O fortalecimento da cultura de riscos, controles internos e compliance pressupõe a contínua capacitação e treinamento, com vistas a assegurar as competências e habilidades necessárias aos empregados, dirigentes e colaboradores para o pleno exercício de suas responsabilidades legais, execução das respectivas diretrizes corporativas que regulam o tema e atuação enquanto agente ativo na consolidação de um ambiente interno pautado pelas boas práticas de conduta e ética.

Para tanto, é divulgado de forma clara e objetiva, as condutas esperadas de seus colaboradores e terceiros, por intermédio do Código de Ética e as boas práticas de governança corporativa, através da Política de Compliance.

Dado isso, todos têm o dever de relatar, de boa-fé, a ocorrência ou identificação de possíveis irregularidades, violações de regras, suspeitas de fraudes, suborno, desvios de condutas ou qualquer ato que possa expor negativamente a imagem das Instituições, fornecendo informações que ajudem a manter elevados padrões éticos, cuja comunicação pode ser realizada pelos canais de comunicação segura e confidencial.

As diretrizes que suportam os processos de gestão de riscos, controles internos, compliance e segurança, são formalizadas em Políticas internas, as quais são aprovadas pela Diretoria e ficam disponíveis a todos os colaboradores na intranet.

16. Evento subsequente

Não ocorreram eventos subsequentes, entre a data da elaboração até a emissão das demonstrações financeiras.

Elaborado por:

Elaine Carvalho da Silva
Contadora CRC: 1SP280404

* * *